

Lenio Luiz Streck
Procurador de Justiça-RS
Doutor em Direito pela Universidade Federal de Santa – UFSC
Pós-Doutor em Direito Constitucional e Hermenêutica pela Universidade de Lisboa
Professor Titular e Membro da Comissão de Coordenação do Programa de
Pós-Graduação em Direito da Unisinos-RS (Mestrado e Doutorado)
Professor Visitante Convidado de Universidades brasileiras e estrangeiras

JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL E HERMENEUTICA

Uma Nova Crítica do Direito

2ª edição

Revista e ampliada



Rio de Janeiro
2004

1ª edição – Ed. Livraria do Advogado – 2002
2ª edição – 2004

© Copyright
Lenio Luiz Streck

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte.
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

S895j

Streck, Lenio Luiz

Jurisdição constitucional e hermenêutica: uma nova crítica do direito / Lenio Luiz Streck. – 2. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2004.

Inclui bibliografia

ISBN 85-309-1915-7

1. Direito constitucional. 2. Jurisdição. 3. Hermenêutica (Direito). I. Título.
03-1458. CDU 342.4

A presente obra foi revisada pelo autor.

O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada, poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei nº 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei nº 9.610/98).

A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição, aí compreendidas a impressão e a apresentação, a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo. Os vícios relacionados à atualização da obra, aos conceitos doutrinários, às concepções ideológicas e referências indevidas são de responsabilidade do autor e/ou atualizador.

As reclamações devem ser feitas até noventa dias a partir da compra e venda com nota fiscal (interpretação do art. 26 da Lei nº 8.078, de 11.09.1990).

Reservados os direitos de propriedade desta edição pela
COMPANHIA EDITORA FORENSE

Endereço na Internet: <http://www.forense.com.br> – e-mail: forense@forense.com.br

Av. Erasmo Braga, 299 – 1º, 2º e 7º andares – 20020-000 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (0XX21) 2533-5537 – Fax: (0XX21) 2533-4752

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

SUMÁRIO

<i>Prefácio</i>	IX
<i>Apresentação</i>	XI
Notas Introdutórias	1
Capítulo I – Constituição, Constitucionalismo e Jurisdição Constitucional – O Problema da (In)efetividade dos Direitos: Estão Exauridas as Conquistas do Estado Democrático de Direito?	13
Capítulo II – A Globalização, o Paradoxo da Minimização do Estado em Países Periféricos, a(s) Crise(s) do Estado (e do Direito) e as Perspectivas Constitucionais em Face Dessa(s) Crise(s)	51
Capítulo III – A Jurisdição Constitucional e a Idéia de Supremacia Constitucional: A Necessidade da Construção de uma Teoria da Constituição Dirigente Adequada a Países de Modernidade Tardia	95
Capítulo IV – O Papel do Direito e da Justiça Constitucional (e dos Tribunais) no Estado Democrático de Direito: O Debate Entre Substancialismo e Procedimentalismo e a Necessidade de uma Resistência Constitucional	147
Capítulo V – As Bases Para uma Nova Crítica do Direito (NCD) e as Possibilidades Emancipatórias da Teoria Jurídica	197
Capítulo VI – As Matrizes do Constitucionalismo e as Formas de Controle de Constitucionalidade	289
Capítulo VII – Formas e Sistemas de Jurisdição Constitucional: Quadro Geral	353
Capítulo VIII – O Direito no Brasil: das Feitorias à República – Das Forais à Constituição de 1891	387
Capítulo IX – A República e o Controle de Constitucionalidade. As Formas de Acesso à Jurisdição Constitucional. Do Nascedouro da República ao Processo Constituinte de 1986-88	415
Capítulo X – O Modelo de Justiça Constitucional no Brasil Pós/88 – Primeira Parte – O Controle Difuso de Constitucionalidade	455
Capítulo XI – O Modelo de Jurisdição Constitucional no Brasil – Segunda Parte – O Controle Concentrado de Constitucionalidade	541
Capítulo XII – A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental	797
Acesso à Justiça, Jurisdição Constitucional e Estado Democrático de Direito – Obstáculos e Superações: A Tarefa de uma Nova Crítica do Direito – Pontos Conclusivos Finais	835
Bibliografia	877
Índice Sistemático	909